

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I



GOVERNO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
EDUCACIONAL – PDE



ESCOLA, EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO:

identificação e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes

CURITIBA

2012

ÉRICA SIMONE DE CARVALHO

ESCOLA, EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO:

identificação e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes

Artigo apresentado ao Programa de
Desenvolvimento Educacional da
Secretaria Estadual de Educação do
Estado do Paraná.

Orientador: Prof. Américo Agostinho
Rodrigues Walger

CURITIBA

2012

ESCOLA, EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO:

identificação e enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes

Autor: *Érica Simone De Carvalho*¹

Orientador: Américo Agostinho Rodrigues Walger²

Resumo

Este artigo foi produzido atendendo a uma das etapas do Programa de Desenvolvimento Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná e busca atender aos anseios e angústias de professores, pedagogos e direção de escolas da Rede Estadual de Ensino sobre o tema violência contra crianças e adolescentes. O estudo foi feito por meio de pesquisa bibliográfica e busca abordar os conceitos de violência, enfatizando a importância da apropriação de conhecimentos como forma de enfrentamento do problema, oferecendo à comunidade escolar a oportunidade de participação e envolvimento. Este trabalho não tem por objetivo elaborar um "receituário" com alternativas que venham a sanar o problema, mas sim oportunizar aos envolvidos no processo educacional momentos para reflexão e análise sobre o tema abordado e oferecer subsídios para uma possível mudança de atitudes dentro da escola a partir dessas considerações.

Palavras-chave: violência; violência doméstica; escola; proteção à infância e à adolescência.

¹ Pedagoga da EJA na Escola Estadual José Busnardo, Pós-graduação em Didática e Metodologia de Ensino. email: ricad.carvalho@hotmail.com

² Professor de Psicologia da Educação da Universidade Federal do Paraná, Doutor em Educação: História, Política e Sociedade. email: awalger@terra.com.br

Abstract

This article was produced in response to a stage of the Educational Development Program of the Ministry of Education of the State of Paraná and seeks to meet the aspirations and anxieties of teachers, educators and schools in the direction of State Schools on the topic of violence against children and adolescents. The study was done by means of literature and seeks to address the concepts of violence, emphasizing the importance of acquiring knowledge as a way of confronting the problem, offering the opportunity for the school community participation and involvement. This work is not aimed at creating a "recipe" with alternatives that will solve the problem, but create opportunities for those involved in the educational process moments for reflection and analysis about the topic and provide support for a possible change of attitude within the school from such considerations.

Key words: violence; domestic violence; school; protection of childhood and adolescence.

1 Introdução

O fenômeno da violência tem exigido atenção e preocupação dos educadores, tanto pela dimensão que o problema tomou na vida das pessoas, como pela sua repercussão no dia a dia do ambiente escolar.

Ao pensar sobre a violência há que se considerar aspectos que envolvem os direitos humanos, a ética e a cidadania, as contradições de nossa sociedade, ou seja, deve se levar em conta toda a sociedade e sua complexidade.

A violência tem ocupado não só nos meios acadêmicos, mas também no senso comum, lugar de destaque e preocupação. Torna-se cada vez mais necessário compreender este tema, principalmente na escola, pois ali é o lugar privilegiado para o desenvolvimento e integração de crianças e adolescentes.

Sabe-se que o desafio é grande porque a escola tem sido apontada como um local solucionador de problemas e conflitos, e dela exigem-se respostas e soluções. Realmente, o que está acontecendo é a transferência por parte da sociedade e da família, de algumas das atividades sociais e protetoras para a escola, porém estas atividades devem vir acompanhadas das necessárias mudanças na formação profissional dos educadores, preparando-os para enfrentá-las com sucesso. E no que diz respeito

ao tema violência, não deve ser diferente. Profissionais precisam ser preparados para reconhecer os casos em seu cotidiano escolar.

Devem ser construídas metas, através da formação de professores e profissionais da educação para o reconhecimento do problema e de meios de intervenção para atuarem identificando sinais como mudanças de comportamento dos alunos e prevenção nos casos de violência física e/ou psicológica, abandono ou negligência.

É responsabilidade da escola garantir aos alunos acesso ao conhecimento, mas também deve estar atenta às condições de vida dos seus educandos, pois isto pode influenciar no processo de ensino e aprendizagem. A formação dos professores para que percebam esse problema e os danos que essas violências sofridas pelas crianças e adolescentes podem causar no seu desenvolvimento, é que irá oferecer-lhes condições de cumprir com a sua função de educadores.

Fazendo uma reflexão a respeito do assunto e indagando alguns profissionais da educação do Colégio Estadual José Busnardo, em Curitiba no Paraná, constatamos que a violência que sofrem crianças e adolescentes é um dos grandes desafios a ser enfrentado por estes profissionais da educação, que se vêem aflitos diante deste tema e de como agir diante desta realidade que atinge a todos os envolvidos no processo educativo.

A formação dos educadores para atuarem no sentido de identificar sinais como mudanças de comportamento dos alunos, encaminhar para o atendimento especializado e prevenir casos de violência física e/ou psicológica, abandono ou negligência, bem como a exploração no trabalho é fundamental para que a escola possa assegurar aquisição dos conteúdos escolares para todos.

É também importante ter claro, que na maioria dos casos de violência contra crianças e adolescentes, não há solução pronta e acabada. Não existe algo mágico que irá acabar com uma situação de negligência familiar, por exemplo.

Em outras palavras, é responsabilidade da escola trabalhar no processo ensino aprendizagem garantindo aos alunos a aquisição dos saberes historicamente construídos. No entanto, isto não a autoriza a "fechar os olhos" para as condições de vida dos seus educandos. A formação dos professores para que elas se sensibilizem e compreendam a temática e o real prejuízo das violências sofridas pelos adolescentes para o seu desenvolvimento em todos os níveis é que irá capacitá-los para cumprir verdadeiramente o seu papel de educadores.

Num primeiro momento realizou-se uma pesquisa com profissionais da escola e alunos para termos noção sobre que tipo de violência os alunos desta escola estão sofrendo e se os professores e profissionais da educação sabem que atitudes tomar frente às situações de violência ocorridas com seus alunos.

Com os resultados da pesquisa tabulados apresentou-se aos profissionais da educação e partiu-se para os estudos envolvendo os temas que os capacitem a lidar com casos de violência percebidos em seus alunos.

2 Iniciando a implementação do projeto na escola

2.1 Iniciando a pesquisa

Iniciou-se com a aplicação de questionários para alunos, professores e funcionários da escola, com o objetivo de identificar o que cada um desses segmentos considera violência e se, no caso dos alunos, já sofreram algum tipo de violência e no caso de professores e funcionários, se já se depararam na escola com aluno que sofreu algum tipo de violência ou com suspeitas de violência e se sabiam que providências tomar diante dessa situação.

As vantagens do uso do questionário, segundo Marconi & Lakatos (1996) e Mattar (1996), são que: utiliza-se menos pessoas para ser executado e proporciona economia de custo, tempo, viagens, com obtenção de uma amostra maior e não sofre influência do entrevistador. As desvantagens, ainda segundo Marconi & Lakatos (1996) e Matttar (1996), podem ser: baixo índice de devolução, grande quantidade de perguntas em branco, dificuldade de conferência, confiabilidade das respostas, demora na devolução do questionário e a impossibilidade do respondente tirar dúvidas sobre as questões, o que pode levar a respostas equivocadas.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste projeto teve como base a Pesquisa de campo e a Pesquisa-ação, sendo esta segunda para Thiollent (1986, p.14):

um tipo de pesquisa social realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo, buscando uma ação transformadora.

O diagnóstico da realidade tem uma importância fundamental, pois oportuniza o conhecimento concreto e proporciona uma reflexão mais elaborada, promovendo a participação de todos os envolvidos no processo educacional sobre o planejamento e execução de ações de atendimento à população alvo, no caso, crianças e adolescentes em situação escolar vítimas de violência.

Nesse estudo, foram entregues 22 questionários a 16 professores da escola, 2 questionários entregues à direção e vice-direção, 1 ao pedagogo, 3 aos inspetores e 50 à alunos da EJA. Ensino Fundamental e Médio. Nessa pesquisa, não observou-se as desvantagens citadas por Marconi & Lakatos (1996) e Mattar (1996), pois os setenta e dois questionários foram respondidos, abrangendo, portanto, 100% do universo da pesquisa.

2.2 Análise da pesquisa

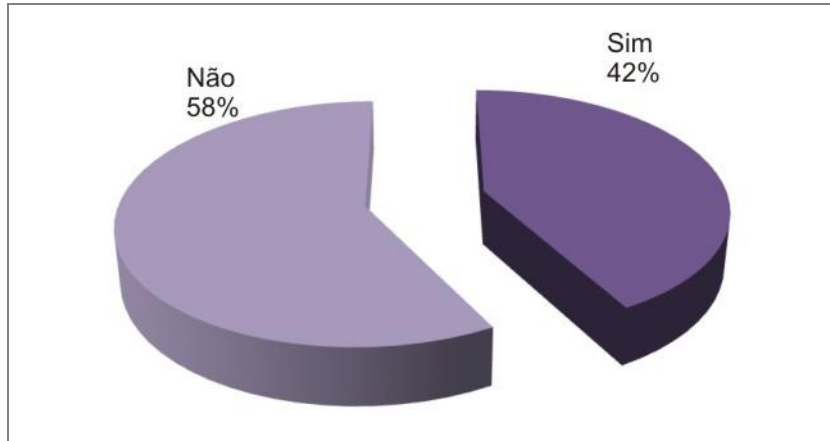
2.2.1 Questionário aos alunos

- **A questão da violência**

Analisou-se as respostas emitidas para cada questão, referente às situações de violência que os alunos sofrem fora da escola e se isso é percebido pelos professores ou funcionários da escola.

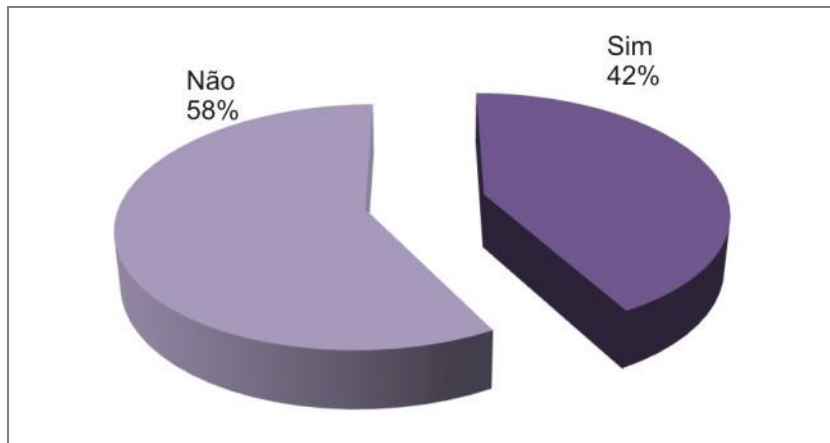
- **Pergunta 1:** Você já foi para a escola após ter sofrido algum tipo de violência?

21 alunos responderam que sim e 29 alunos responderam que não.



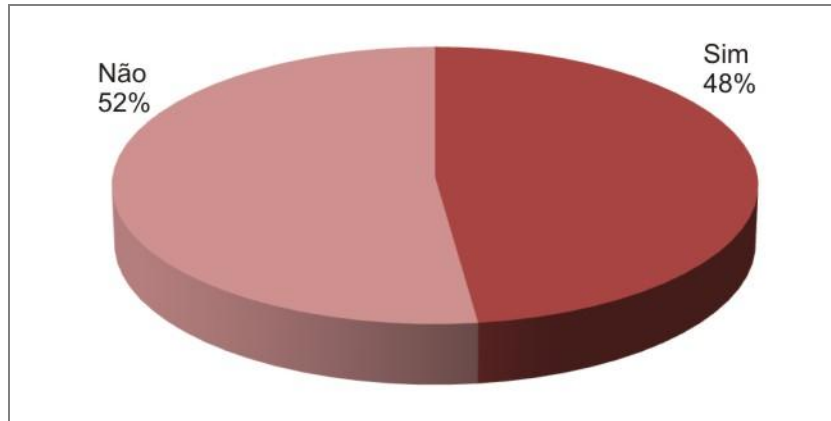
- **Pergunta 2:** Em caso positivo algum professor ou funcionário da escola percebeu que havia acontecido algo com você?

10 alunos responderam que sim e 40 alunos responderam que não.



- **Pergunta 3:** Você se sente a vontade para contar para algum professor ou funcionário da escola se você estiver passando por algum problema de violência em casa ou no trabalho?

Conforme o gráfico abaixo houve as seguintes respostas:

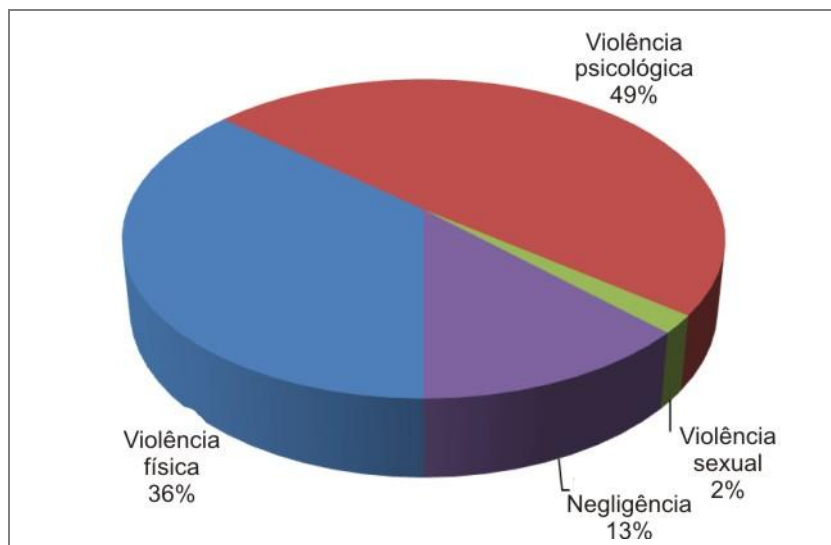


Totalizando 19 alunos responderam que sim e 21 alunos responderam que não.

- **Pergunta 4:** Qual destes tipos de violência você já sofreu?
violência física, violência psicológica, violência sexual, negligência

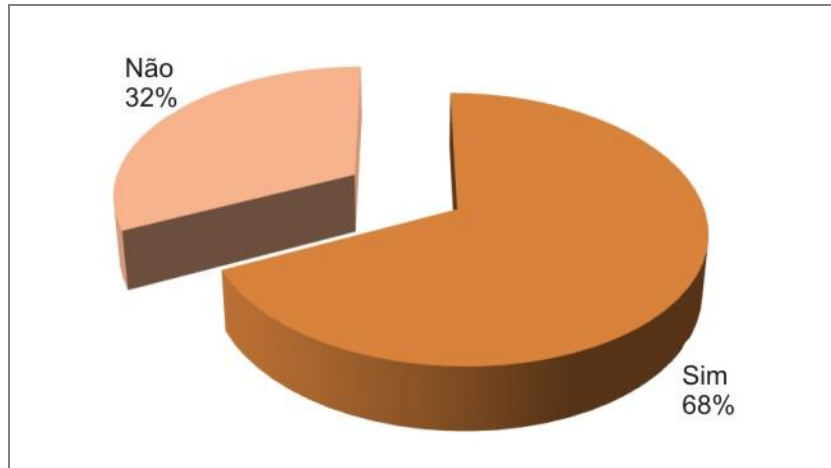
Ao computarmos as respostas o resultado foi esse:

- Violência física 20 alunos
- Violência psicológica 27 alunos
- Violência sexual 1 aluno
- Negligência 7 alunos



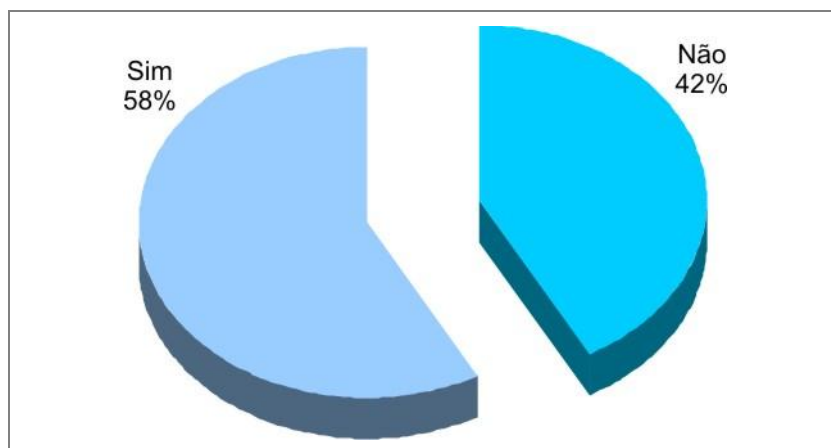
- **Pergunta 5:** Você acha importante poder contar com alguém da escola se estiver passando por algum tipo de violência ou você acha que isso não lhe ajudaria em nada?

34 alunos responderam que sim e 16 alunos responderam que não.

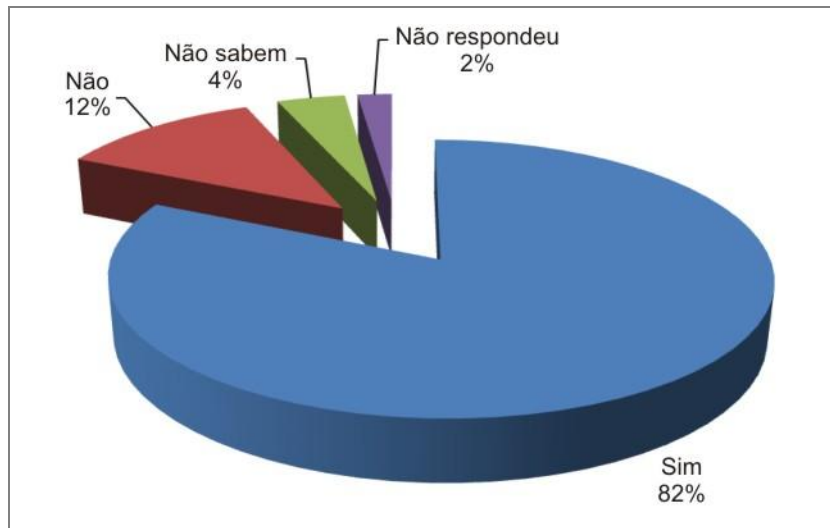


- **Pergunta 6:** Você confia na escola (professores e funcionários) para contar este tipo de problema?

29 alunos responderam que sim e 21 alunos responderam que não, conforme mostra o gráfico a seguir:



- **Pergunta 7:** Você acha que se o aluno está sofrendo algum tipo de violência isso atrapalha seu rendimento na escola? Por quê?
41 alunos responderam que sim, 2 alunos responderam que não sabem, 6 alunos responderam que não e 1 aluno não respondeu:

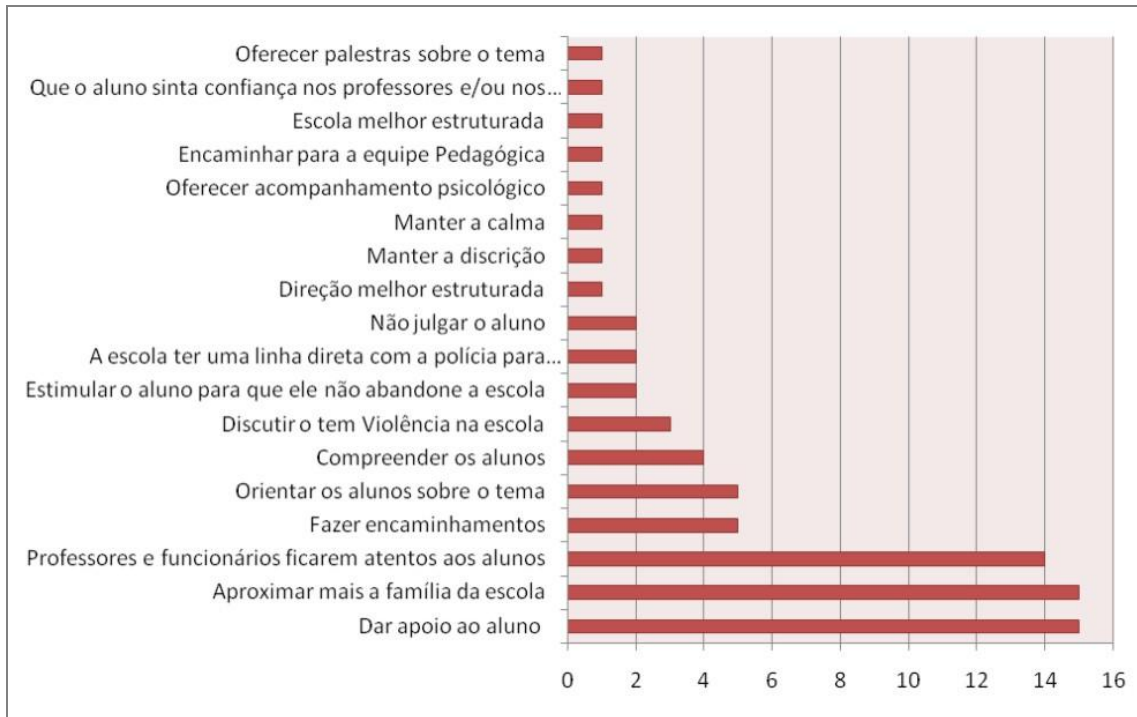


Com relação ao "porque", as respostas foram as seguintes:

- 27 O aluno não tem concentração
- 9 O aluno não terá bom desempenho nas atividades
- 1 Deixa traumas
- 1 O comportamento do aluno muda
- 4 Afeta psicologicamente
- 3 O aluno fica sem motivação
- 3 O aluno fica com medo
- 2 Não responderam

- **Pergunta 8:** Escreva 3 sugestões para que a escola (professores e funcionários) possam auxiliar quando o aluno está passando por algum tipo de violência:

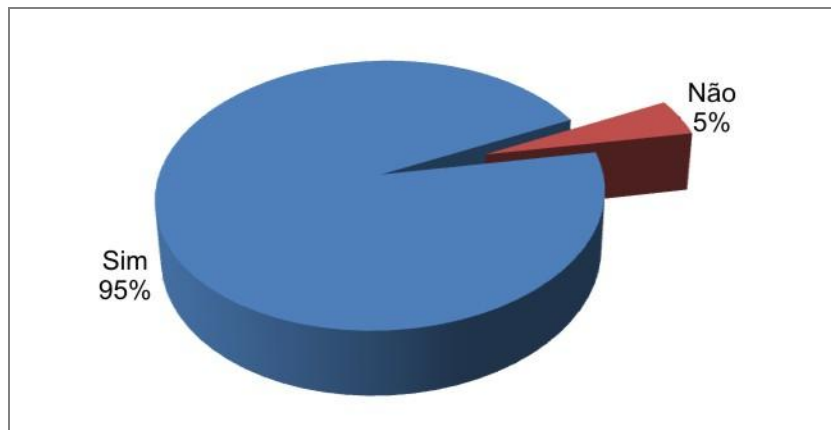
As respostas foram as seguintes:



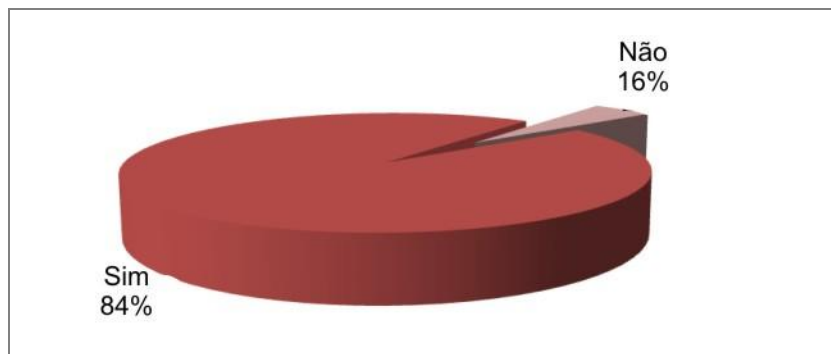
- 15 alunos - Dar apoio ao aluno
- 15 alunos - Aproximar mais a família da escola
- 14 alunos - Professores e funcionários fiquem atentos aos alunos
- 5 alunos - Fazer encaminhamentos
- 5 alunos - Orientar os alunos sobre o tema
- 4 alunos - Compreender os alunos
- 3 alunos - Discutir o tem Violência na escola
- 2 alunos - Estimular o aluno para que ele não abandone a escola
- 2 alunos - A escola ter uma linha direta com a polícia para resolver este problema
- 2 alunos - Não julgar o aluno
- 1 aluno - Direção melhor estruturada
- 1 aluno - Manter a discrição
- 1 aluno - Manter a calma

2.2.2 Questionário aos professores

- **Pergunta 1:** Você acha que o professor ou o profissional que trabalha na escola deve se inteirar dos problemas de violência que pode estar passando o aluno, ou isso não é problema da escola?
21 profissionais responderam que sim e 1 profissional respondeu que não.

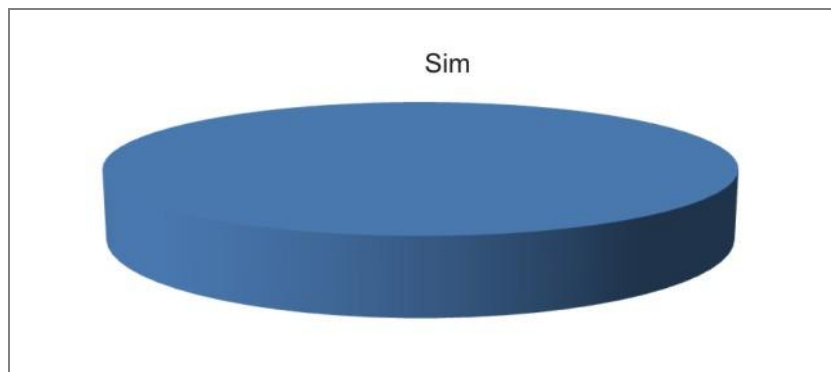


- **Pergunta 2:** Para professor: Durante suas aulas ou no contato com os alunos, você tem tempo e condições de perceber seu aluno, ou é tanto conteúdo e as turmas são tão grandes que você não tem como?
16 sim professores responderam que sim e 3 responderam que não.

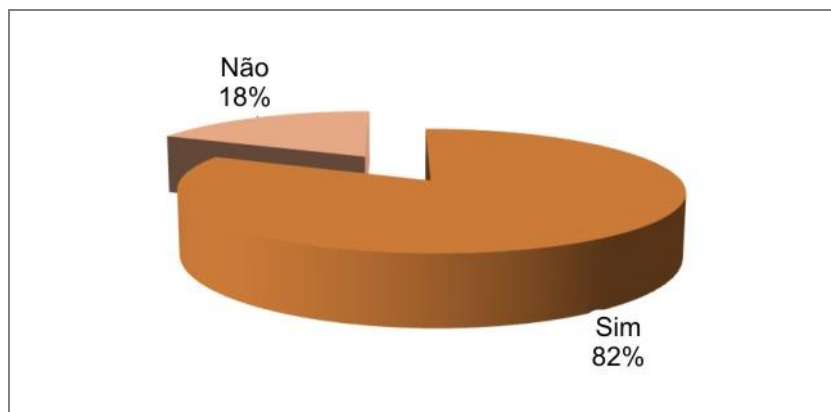


- **Pergunta 3:** Em sua opinião, você acha importante que o aluno conte ao professor ou funcionário da escola se está passando por algum problema de violência em casa ou você acha que esse problema não interfere no comportamento do aluno?

Todos os profissionais que participaram da pesquisa responderam que sim, que este problema interfere no comportamento e no rendimento do aluno.

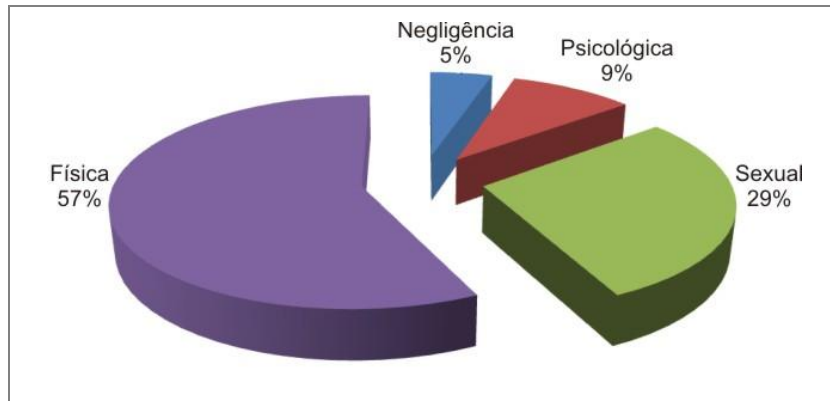


- **Pergunta 4:** Você já se deparou na escola com algum aluno com suspeitas de ter sofrido violência?
18 profissionais responderam que sim e 4 responderam que não, como mostra o gráfico a seguir:

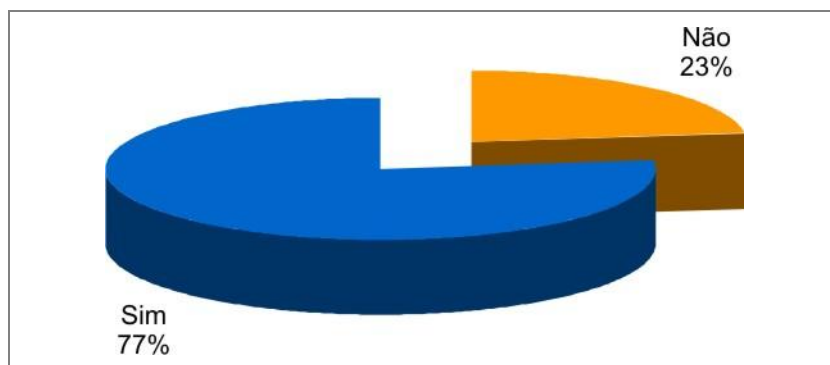


Na mesma pergunta foi questionado, se em caso positivo: Qual era o tipo de violência?

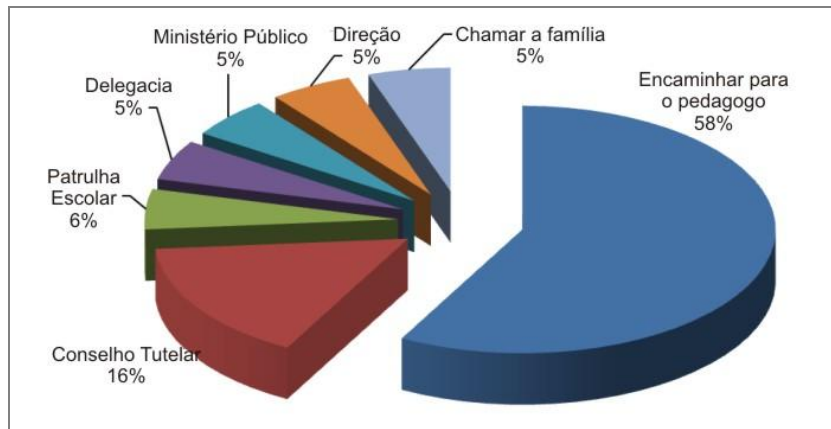
- Negligência 1 aluno
- Psicológica 2 alunos
- Sexual 6 alunos
- Física 12 alunos



- **Pergunta 5:** Caso se depare com algum aluno que você perceba ter sofrido algum tipo de violência sabe que procedimento tomar? 17 profissionais responderam que sim e 5 responderam que não.

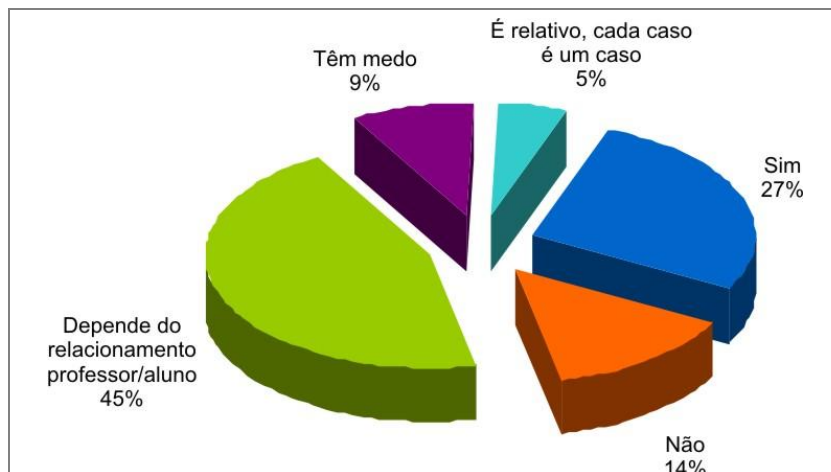


Em caso positivo o que fazer?



- **Pergunta 6:** Você acha que os alunos sentem confiança em contar aos professores ou funcionários da sua escola se estão sofrendo algum tipo de violência em casa ou no trabalho?

10 responderam que depende do relacionamento professor/aluno (confiança), 6 responderam que sim, 3 responderam que não, 2 responderam que os alunos têm medo de contar e 1 respondeu que é relativo, cada caso é um caso.



2.3 O trabalho com os professores nas horas-atividade

A partir dos dados expostos anteriormente, iniciou-se uma série de cinco encontros com os professores e funcionários da escola. Como na escola a hora

atividade dos professores é concentrada, foi possível fazer o trabalho de estudos com todos. No primeiro encontro foram repassados aos professores e profissionais da educação envolvidos com o projeto, as respostas dadas por eles e pelos alunos nos questionários. Em seguida foi feita uma discussão sobre cada uma das respostas. Como pontos relevantes da discussão, ficou claro que a violência psicológica foi a que mais se sobressaiu nas respostas dos alunos da EJA, levantou-se a hipótese que isto se deve ao fato que muitos já estão inseridos no mercado de trabalho e por isto podem, neste meio, estarem mais suscetíveis a este tipo de violência. Outro ponto levantado foi com relação a resposta dos professores sobre se eles acham que o aluno conta ao professor, ao inspetor, ou ao pedagogo quando está sofrendo algum tipo de violência fora da escola e a resposta mais indicada foi que o aluno conta se ele confiar no professor, nos fazendo refletir sobre o quanto o relacionamento professor/aluno auxilia ou atrapalha no desenvolvimento integral do aluno.

Em seguida foi apresentado a eles o que iríamos estudar e discutir em cada um dos encontros:

- Conceitos e tipos de violência;
- Percebendo sinais de violência;
- Rede de proteção e órgãos competentes no combate à violência;
- Aspectos legais e como denunciar.

3 Violência

O fenômeno da violência tem exigido atenção e preocupação dos educadores, tanto pela dimensão que o problema tomou na vida das pessoas, como pela sua repercussão no dia a dia do ambiente escolar.

Ao pensar sobre a violência há de se considerar aspectos que envolvem os direitos humanos, a ética e a cidadania, as contradições de nossa sociedade, enfim, há que se levar em conta toda a sociedade e sua complexidade.

A violência, de um modo geral, é uma forma de relação social e está ligada ao modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições sociais de existência e que se conceitua como:

[...] todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que - sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito de que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (AZEVEDO; GUERRA, 1995, p.36).

3.1 Tipos de violências

Segundo estudiosos, Guerra (1998), Felizardo, Zurcher, Mello (2004), existem quatro tipos violência contra crianças e adolescentes são elas: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência

3.1.1 Violência física

É um tipo de violência que ocorre em grande número entre crianças e adolescentes e que se caracteriza como:

[...] um ato executado com intenção, ou intenção percebida, de causar dano físico a outra pessoa. O dano físico pode ir desde a imposição de um leve dor, passando por um tapa até o assassinato. A motivação para este ato pode ir desde uma preocupação com a segurança da criança (quando ela é espancada por ter ido para a rua até uma hostilidade tão intensa que a morte da criança é desejada. (Gelles, 1982³ *apud* GUERRA 2008, p.35).

A violência física é abuso, transgressão ou aumento do poder do adulto de educar e cuidar da criança. Geralmente o adulto que reproduz essa violência foi vítima dela. O uso de castigos físicos na educação de crianças foi inventado pelos adultos, autenticado pela sociedade e ainda é transmitido pelas gerações. Os adultos não poderiam ser corrigidos com violência física, nem mesmo quando cometem um

³ GELLES, Richard. **Family violence**. 4.ed. Londres, Sage, 1982

crime grave. Pensar num mundo onde os homens resolvessem seus problemas usando a violência seria um caos.

Devemos tentar reverter o quadro de violência que se espalhou nos dias de hoje, procurando perceber em nossos alunos a triste história que carregam.

3.1.2 Violência sexual

Outro tipo de violência contra crianças e adolescentes é a violência sexual, que se conceitua como:

Abuso sexual de crianças por adultos (ou por jovens mais velhos) é toda ação sexual de um adulto com uma criança que, nessa fase do seu desenvolvimento emocional e intelectual, não tem discernimento para poder consentir livremente tal ação. O adulto – abusador se aproveita, assim, da relação desigual de poder entre um adulto e uma criança para obrigá-la a cooperar. Decisivo aqui é a questão do dever de ocultação do ato, o qual condena a criança ao mutismo, à indefesa e ao desamparo. (SGROI, 1990⁴ *apud* FELIZARDO; ZÜRCHER; MELLO, 2004).

Toda participação, consentida ou não, de criança ou adolescente em atividades sexuais com adulto(s), que vão além de sua capacidade de compreensão e são impróprias à sua idade e ao seu desenvolvimento, é considerado violência sexual.

Não precisa necessariamente ser o ato em si, podem ser conversas obscenas diretas ou por telefone, exposição de fotografias, de filmes eróticos ou pornográficos, toques, carícias, masturbação forçada, imposição de higiene íntima, relações sexuais (oral, genital ou anal), participação em cenas eróticas ou pornográficas.

A pessoa que comete este tipo de violência, o faz sempre na intenção do prazer, direto ou indireto, coagindo e submetendo a criança e o adolescente, colocando-os na condição de vítimas.

⁴ SGROI, S. M. Handbook of clinical intervention in child sexual abuse. In: WIRTZ, U. **Seelenmord. Inzest und therapie**. Zurich: HRSG, Kruez-Verlag, 1990.

3.1.3 Violência psicológica

Com relação à violência psicológica podemos citar que acontece:

[...] quando um adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental. Ameaças de abandono também podem tornar uma criança medrosa e ansiosa, representando formas de sofrimento psicológico. (GUERRA, 1998, p.33).

Há várias formas de violência psicológica que podem atingir diretamente o desenvolvimento físico e emocional de uma criança ou de um adolescente, causando-lhes danos na sua autoestima. Como é o caso da rejeição afetiva que desencoraja, deprecia, humilha, ridiculariza, inferioriza fazendo os sentirem sem valor como seres humanos.

Pode-se também depositar na criança ou no adolescente, auto grau de expectativa e de exigência atribuindo-lhes tarefas em excesso ou inadaptadas às suas possibilidades, responsabilidades e expectativas inadequadas para a idade e a sua condição.

No caso do terrorismo pode ser criado um ambiente ameaçador, e estimulando medos intensos na criança ou no adolescente, com ameaças diretas de morte, de abandono, de punições extremas ou ameaças por meio de pessoas ou objetos.

Há ainda o isolamento ou confinamento que é a ação de cortar os contatos sociais da criança e do adolescente, levando-os a acreditar que estão sozinhos no mundo e que não podem contar com ninguém, limitando seus movimentos fechando-os, isolando-os ou proibindo-os de ter atividades fora de casa e/ou da escola.

E por último cita-se a corrupção e/ou exploração, onde há o favorecimento de comportamentos impróprios ou antissociais na criança ou no adolescente, induzindo-os à agressão verbal ou física, a atos delinquentes, ao consumo de álcool, drogas e outras substâncias, ou explorando-os comercialmente para o sexo.

3.1.4 Negligência

Sua característica principal é a omissão de cuidados, acontece quando o adulto ou a instituição priva a criança ou adolescente de algo que necessita que seja essencial ao seu desenvolvimento saudável, Guerra (1998, p.33) assim conceitua:

A negligência representa uma omissão em termos de prover as necessidades físicas e/ou emocionais de uma criança ou adolescente. Configura-se quando os pais ou responsáveis falham em termos de alimentar, de vestir, adequadamente seus filhos, etc. e quando tal falha não é resultado das condições de vida além do seu controle.

A negligência pode ser física ou psicológica. No caso da primeira acontece quando falta ou falha a alimentação, cuidado com a saúde, com o vestuário, nos materiais básicos para estimulação, desenvolvimento da inteligência, da aprendizagem, do conhecimento e estudo, na rotina, da parte daqueles que são os responsáveis por isso: pais, guardiães, abrigo, escola, creche; essa omissão não pode ser decorrente de condições de vida (socioeconômicas principalmente) ou incidente fora do controle dos responsáveis.

No segundo caso citado, negligência psicológica ocorre a falta de responsabilidade, de afeto, de sensibilidade e de interesse para com as necessidades e manifestações da criança e do adolescente; indiferença afetiva; desprezo, em interações limitadas e frias; ausência de interesse, de atenção, de manifestações de apego.

4 Percebendo sinais de violência

A violência seja ela por ação ou por omissão, pode acontecer em crianças e adolescentes de todas as idades e de todos os meios sociais. Nem sempre ela é facilmente percebida e nem corretamente diferenciada de outros fenômenos. Por isso, devemos conhecer seus sinais específicos e suas consequências.

Vários estudos apontaram algumas características predominantes em crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de violência são elas: crianças não planejadas, não desejadas, afastadas da mãe tornando os vínculos abalados, prematuros ou crianças hospitalizadas por longos períodos.

Também crianças de sexo ou aspecto físico diferente das expectativas dos pais e com capacidade intelectual ou perspectivas de vida em contraste com as dos pais. Ainda filhos criados por outras pessoas, ou com pais distantes, física e/ou emocionalmente, que desenvolveram valores morais diferenciados, filhos de outros relacionamentos, filhos com "comportamento difícil", que não respeitam limites, crianças hiperativas ou com transtorno de conduta e portadores de doença deficiente.

Esses estudos ainda mostraram algumas características particulares dos agressores, a maioria apresenta baixa idade, imaturos emocionalmente, provém de famílias com história de violência, tendo sido, muitas vezes, maltratado quando crianças, demonstram pouca tolerância em relação às ações que são próprias da infância ou adolescência, mães com história de depressão pós-parto de difícil recuperação, pessoas agressivas e/ou demonstram desprezo por outros membros da família, como esposa, marido, pais, etc., necessitam manter o controle sobre outras pessoas, alegam outros problemas como desemprego, dificuldades no trabalho, uso de álcool ou outras drogas para justificar a perda de controle e a agressividade, mostram-se muito prestativos, possessivos e com ciúmes da criança ou adolescente, com medo de serem descobertos evitam contato social da criança/adolescente vítima de maus-tratos com outras crianças e com adultos.

Por isso os profissionais que trabalham diretamente com a educação devem estar atentos aos sinais de alerta, que são vestígios de violência e/ou de negligência, levando a suspeita ou mesmo à confirmação, mas não podem ser vistos isoladamente.

A criança e o adolescente devem ser observados no seu aspecto global, estando os responsáveis atentos se apresentam desnutrição, se estão abatidos, se expressam contínua de tristeza, preocupação, medo, angústia, desconfiança, estado de alerta com relação ao ambiente, choro frequente, se ficam muito em silêncio, em isolamento ou ao contrário, muita agitação. Demonstram insegurança e passividade diante de situações que exigem um posicionamento de opiniões, cansaço, sonolência e desmotivação. Atenção também deve ser dada ao uso de roupas inadequadas ao clima, doenças frequentes, atraso no desenvolvimento motor e físico, marcas e machucados, como arranhões, hematomas, fraturas frequentes e muitas vezes na

mesma parte do corpo, dispersão, falta de concentração, excessiva agressividade, ou muita inibição, retraimento, apatia, ou alternância dessas atitudes, com mudanças bruscas, enurese (falta de controle da urina) ou encoprese (eliminação de fezes, voluntária ou não) diurna e/ou noturna, após sete anos de idade e sem problemas aparentes, distúrbios alimentares como anorexia, bulimia, obesidade, preocupações e comportamentos sexuais impróprios para a idade e etapa de desenvolvimento, fugas, tentativas de suicídio, uso e/ou abuso de álcool, drogas, atos antissociais, como vandalismo, roubo e situação de fracasso escolar.

Devemos ficar atentos:

- Os sinais que muitas vezes são observados em crianças e adolescentes pelos profissionais da educação devem sempre ser analisados dentro de um contexto, considerando-se o quadro geral da situação a ser analisada, pois a violência é dinâmica e determinada pela junção de fatores diversos e envolve aspectos: físicos, psicológicos, sociais, culturais e históricos.
- Nenhum sintoma que se apresente pode ser tomado de forma isolada, para se dar um parecer. Acidentes ou doenças, podem apresentar indicativos semelhantes ou bem próximos e que na verdade podem gerar dúvida. Então, na dúvida, certifique-se antes de tomar qualquer providência. É sempre aconselhável e necessário ouvir sempre a versão da criança ou adolescente envolvido e realizar sempre um diagnóstico do ponto de vista médico e psicológico.

5 Rede de proteção

Rede de Proteção é responsabilidade de todos, e os profissionais da educação estão nela envolvidos e inseridos muito diretamente, pois sob seus cuidados, os estudantes permanecem de quatro a dez horas de seus dias. É um conjunto de ações integradas para prevenir a violência, principalmente à doméstica/intrafamiliar e sexual, e proteger a criança e o adolescente em situação de risco contra a violência.

Assim como se trabalha em conjunto, na Rede de proteção à Criança e ao Adolescente também temos compromisso individual. E aí se deve considerar: O que o profissional da educação está fazendo para diminuir o agravo da situação de

violência ocorrida com seu aluno, dentro do âmbito da sua competência? Até onde a responsabilidade do profissional pode atuar, sem interferir na tarefa da outra instituição?

Diante das dificuldades e lentidão da aplicação da Lei sobre os casos de violência ou mesmo descompromisso de pessoas ligadas a diferentes órgãos públicos, os profissionais ficam desestimulados a efetuar os encaminhamentos, chegando alguns a dizer: "De que adianta comunicar esse caso, se ninguém faz nada!". Infelizmente as ações públicas de enfrentamento à violência, estão muito longe do esperado. Mas o profissional da educação deve ter uma postura ética, posicionando-se exclusivamente no âmbito de suas atribuições e encaminhar cada caso como se fosse único. Todos os encaminhamentos efetivados para a criança e para o adolescente têm como objetivo assegurar os seus direitos e devem ser feitos de modo firme e o mais coerentemente possível, independente se esse ou aquele órgão está ou não cumprindo adequadamente sua função.

A desinformação aliada ao medo faz com que profissionais envolvidos não notifiquem, permitindo que muitos casos permaneçam ocultos e sem assistência.

Garantir que crianças e adolescentes não sejam vítimas de violência é algo muito distante, mas fechar os olhos diante desse fato cruel e injusto, sem nada tentar é no mínimo covardia. Nesse contexto não seria correto ignorar essas situações de risco para violência vividas pelos estudantes, e os, profissionais da educação devem atuar sem interferir no exercício das atribuições alheias, num processo de colaboração, encaminhando e acompanhando as situações de risco percebidas.

Proteger vítimas de violência é uma tarefa que requer sensibilidade, habilidade e alguns conhecimentos específicos. Assim, é preciso estar atento a suspeita de violência contra crianças e adolescentes, para que se possa intervir de maneira direta e eficiente.

- **Notificação:**

Assim como a denúncia, a notificação é um dos instrumentos mais importantes de prevenção e de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, de responsabilidade do profissional ou do serviço que recebeu o caso (como suspeita ou confirmação).

Por isso todo profissional que suspeitar ou verificar um caso de violência deve (se for servidor público) ou pode (se não o for) notificar; mas por uma questão de ética e solidariedade para com o outro ser humano, podemos considerar que se

trata de um dever para todos. A notificação tem por objetivo a proteção de crianças e adolescentes; não se trata de punição, mas sim de um dever ou de uma obrigação legal ou moral com o ser humano que sofre violência.

A notificação é um relato resumido do fato, por escrito ou por telefone, contendo os principais dados (nome da criança ou do adolescente, local onde se encontra tipo de violência, autor suspeito da violência, se possível, entre outros), essas informações podem vir acompanhadas de um breve relato em forma de resumo, descrevendo o possível agressor, mas nunca afirmando, a situação como ocorreu ou como foi percebida e procurando descrever o que a escola ou o profissional já tomou de providências em relação aquele fato. Sempre tomando muito cuidado de não emitir julgamentos e sempre com muita descrição, tudo isso com a finalidade de serem tomadas as primeiras providências.

Mas, a princípio qualquer serviço ou instituição (hospital, escola, creche, entre outros) que receba crianças e adolescentes com suspeita ou confirmação de violência tem também a obrigação de notificar as autoridades competentes (arts. 56 e 245 do ECA).

Ao se fazer a denúncia e a notificação, inicia-se um processo fundamental de verificação da violência (com entrevistas psicológicas e sociais, visitas, boletim de ocorrência, exames de corpo de delito e médico etc.), com o objetivo de proteger a criança ou o adolescente. Sem esse conhecimento da situação, a Justiça não pode agir para garantir a proteção da criança e do adolescente.

Não podemos deixar que o silêncio e a impunidade, que resultam da omissão de muitas pessoas, sejam também grandes responsáveis pela continuidade e pelo aumento do número de casos de violência. Por isso, o profissional deve notificar.

6 Órgãos competentes no combate à violência

Alguns órgãos são responsáveis para combater a violência contra crianças e adolescentes:

6.1 Conselho Tutelar

Em princípio parece óbvio quais são as funções do Conselho Tutelar, a realidade porém, mostra que essa interpretação é bem diferente, a maioria da sociedade, não sabe como é o seu real funcionamento. É um órgão competente e autônomo, encarregado por meio de eleições diretas, de cuidar e de promover o cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Este conselho é constituído por conselheiros que são escolhidos pela comunidade local e cumprem mandato de três anos. Os conselheiros são responsáveis por colocar em prática esses direitos das crianças e adolescentes e dar encaminhamento adequado, buscando uma solução para cada caso encaminhado.

Ao receber a denúncia o Conselho Tutelar como um todo passa a acompanhar o caso, a fim de definir a melhor maneira de resolver o problema e devolver ao indivíduo o direito de poder voltar a usufruir tudo aquilo que está previsto em lei, ou seja, no ECA. Caso os pedidos não sejam atendidos, o conselho Tutelar também pode encaminhar o caso ao Ministério Público, para que assim possam ser tomadas as providências jurídicas necessárias.

6.2 Justiça da Infância e da Juventude

Órgão que evidencia se os direitos das crianças e adolescentes foram ou estão sendo violados. Tem o dever de garantir e promover esses direitos, por meio da interpretação e aplicação da Lei. Julga, tendo como base o ECA.

A justiça da Infância e da Juventude é entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento de cada país e deverá ser administrada de forma geral de justiça social para todas as crianças e adolescentes, de maneira que contribua para a sua proteção e para a manutenção da paz e ordem da sociedade.

Funciona em Varas Justiça da Infância e da Juventude (a Vara corresponde a uma área na qual o juiz atua, exercendo seu poder), podendo alcançar certo número de bairros de uma cidade ou um município.

As capitais e grandes cidades têm pelo menos uma vara da Infância e da Juventude.

É de competência dessa justiça os casos de violência, sendo capacitada para conhecer ações que sejam provenientes de irregularidade em entidades de atendimento, aplicando medidas cabíveis. As Varas especializadas geralmente possuem assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, psiquiatras e advogados em várias unidades da federação e é de sua responsabilidade fornecer subsídios por escrito, mediante laudos, bem como desenvolver trabalho de aconselhamento, orientação e prevenção. Esses profissionais atendem crianças e adolescentes, bem como toda a família envolvida no caso, realizando também visitas domiciliares e acompanhamento em entidades de atendimento.

Nos casos de violência, o Ministério Público, tem funções de acompanhar os procedimentos de destituição da família, nomeação e remoção de tutores, promover o inquérito civil para proteção dos direitos individuais ou coletivos, relacionados à infância e adolescência e outras providências para a verificação de infrações às normas de proteção à crianças e adolescentes.

7 Considerações finais

O trabalho de intervenção desenvolvido na escola não foi uma tarefa fácil, mas muito significativa em termos de experiência, ou seja, teoria e prática caminharam juntas, numa proporcionalidade clara de ideias entre professores e pedagoga por intermédio de estratégias de ações pedagógicas para minimizar o problema da violência que ocorre com os alunos, capacitando-os a perceber esses casos e fazer os devidos encaminhamentos.

O tempo disponibilizado para discussão possibilitou um contato direto com professores, numa relação reflexiva com a preocupação de dialogar com seriedade sobre o tema. Importante destacar aqui a construção de ideias onde a comunidade escolar pôde contribuir para dialogar, apropriar-se de conhecimentos e dispôs-se a colocá-los em prática.

Os professores a todo o momento demonstraram envolvimento e vontade de compartilhar experiências, informações e conhecimentos.

Houve o interesse de todos de que o material Caderno Temático, elaborado e apresentado durante o PDE, seja disponibilizado para todas as escolas do Paraná e que nas Semanas Pedagógicas seja reservado um espaço para estudos e debates sobre o tema, pois foi unânime a importância do tema, porém também ficou claro que há pouco material para estudo.

Como sugestão ficou vontade dos componentes desse grupo de estudos, de que é possível colocar em prática ações que venham a capacitar profissionais da educação no combate à violência contra crianças e adolescentes.

Referências

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **A violência doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. CONDECA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2002.

FELIZARDO, Dilma; ZÜRCHER, Eliane; MELO, Keilla. Violência faz mal à saúde. In: LIMA, Claudia Araujo de (Coord.) *et al.* **Violência sexual**: conceituação e atendimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MATTAR, Fauze N. **Pesquisa**. edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MURARO, Hedi Martha Soeder. **Protocolo da rede de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para a violência**. 3.ed. rev. e atual. Curitiba: Secretaria Municipal da Saúde, 2008.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.